



**ESTADO DA PARAIBA
PREFEITURA DE ALHANDRA
GABINETE DO PREFEITO**

DECRETO Nº 007/2021.

Alhandra em 08 de fevereiro 2021.

**REGULAMENTA A GRATIFICAÇÃO DE
INSALUBRIDADE INSTITUÍDA PELO ARTIGO
135, DA LEI N- 148\1993, E DÁ OUTRAS
PROVIDÊNCIAS.**

**O PREFEITO CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE ALHANDRA,
ESTADO DA PARAÍBA**, no uso de suas atribuições legais, nos termos da Lei
Orgânica do Município e em conformidade com a Lei N-148\1993:

DECRETA:

Art.1º. Fica regulamentada a Gratificação de Insalubridade, instituída
pelo Artigo. 135 – “A Gratificação de Insalubridade é devida ao funcionário
quando em exercício em locais ou atividades insalubres que ofereçam condição
de graves danos à saúde”, amparada no Artigo 137 da Lei N-148\1993 de
14/10/1993 - Estatuto dos Servidores do Município de Alhandra –PB e será
concedida aos Servidores na forma, valores e condições estabelecidas neste
Decreto.

Art.2º. Compreende-se por Insalubridade o desempenho de funções
que impliquem em atividades com substâncias radioativas, raio X, radiações
ionizantes ou em locais que pela sua natureza, condições e métodos de trabalho,
exponham o Servidor a agentes físicos, químicos ou biológicos nocivos à Saúde
ou que possam produzir doenças ou intoxicações.

Art.3º. A Gratificação de Insalubridade que trata o Artigo 1º. será
concedida ao Servidor mediante Ato Administrativo expedido pelo Secretário de
Administração e publicado, a vista das informações fornecidas pelo Laudo da
Junta Médica Municipal, ou quando for o caso de parecer da Procuradoria
Jurídica do Município.

§ 1º. A Gratificação de Insalubridade será concedida a pedido do
Servidor ou por iniciativa do Secretário da pasta de Lotação do Servidor, através
de Processo regular.

§ 2º. É condição essencial para habilitar a Gratificação de
Insalubridade que o Servidor tenha sido Designado por Portaria de autoridade

competente, para ter exercício de suas atividades laborativas em Unidade Administrativa cujo local ou atividade sejam considerados insalubres.

Art.4º. A Gratificação de Insalubridade deixará de ser paga quando cessar o risco de Saúde ou o Servidor for afastado do local ou da atividade que deu origem a concessão da mesma, salvo os afastamentos legais remunerados.

Parágrafo Único – Perderá também o direito a Gratificação, o Servidor que se afastar por mais de 30(trinta) dias e pelos motivos elencados no Estatuto dos Servidores Públicos de Alhandra –PB, aprovado pela Lei N-148/1993.

Art.5º. O Servidor que desempenhar duas ou mais atividades insalubres, de acordo com o disposto neste Decreto, terá que optar por uma delas, para efeito de recebimento da Gratificação.

Art.6º. Havendo alteração nas condições de trabalho do Servidor, que importem em supressão ou modificação relativamente a Gratificação objeto deste Decreto, serão comunicadas de imediato a Secretaria de Administração para que sejam tomadas as providências cabíveis.

Art.7º. Não se concederá a Gratificação de Insalubridade:

I – se o risco à Saúde não for direto e permanente;

II – se tiverem sido adotados meios adequados de proteção que propiciem a eliminação ou neutralização dos riscos à saúde.

Parágrafo Único - A caracterização da Insalubridade respeitará as normas estabelecidas para os trabalhadores em geral, consoante Norma Regulamentadora N-15 e nos critérios da Norma Regulamentadora N-16, ambas do Ministério do Trabalho e Emprego, e levará em consideração o local de exercício do trabalho, o tipo de trabalho, tipo de risco e o agente nocivo à saúde.

Art.8º. Os Graus da Gratificação de Insalubridade serão determinados e ensejarão no pagamento em:

I – **Grau Mínimo**–10%(dez por cento) do Salário Mínimo Nacional vigente;

II – **Grau Médio**–20%(vinte por cento) do Salário Mínimo Nacional vigente;

III–**Grau Máximo**–30%(trinta por cento) do Salário Mínimo Nacional vigente;

Art.9º. São consideradas de **Grau Mínimo** as atividades que impliquem em condições de Insalubridade de menor risco de contaminação e de ameaças à Saúde, exercidas por Médico, Enfermeiro, Técnico de Enfermagem, Agente de Comunitário de Saúde, Agente de Combate às Endemias e outros profissionais da área em trabalhos de fiscalização em vigilância sanitária,

atenção básica a saúde, laboratórios de análises clínicas, unidades de saúde, ambulatorios e hospitais.

Art.10. São Consideradas de **Grau Médio** as atividades que impliquem em condições de insalubridade de risco de contaminação e ameaças à saúde, tais como:

I – as atividades desenvolvidas por Médico, Enfermeiro, Técnico de Enfermagem e profissionais da área em contato permanente com material infecto-contagante ou que manuseiem objetos de uso de pacientes em hospital, serviços de emergência, enfermarias, ambulatório e sala de vacinação;

II – atividades de Gari que tem contato direto com o lixo urbano, em coleta, tratamento e industrialização;

III – atividades do Coveiro em trabalhos em cemitério e exumação de corpos.

Art.11. São consideradas de **Grau Máximo** as atividades desempenhadas por Médico, Enfermeiro, Técnico de Enfermagem, Técnico de Radiologia e profissionais da área que o obriguem a trabalhar direta e permanentemente em funções que impliquem em contato com substâncias radioativas, Raio X ou radiações ionizantes e com pacientes em isolamento por doenças infectocontagiosas, bem como objetos de seu uso, não previamente esterilizados.

Art.12. A Gratificação de Insalubridade que trata este Decreto, não terá incidência previdenciária e não se incorpora para nenhum efeito a remuneração do cargo e nem ao cálculo dos proventos de aposentadoria do Servidor.

Art.13. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário e **especificamente na íntegra os Decretos N-0090/2015 de 10/03/2015 e o N-0104/2015 de 27/04/2015.**

Gabinete do Prefeito Municipal de Alhandra-PB, em 08 de fevereiro 2021.


MARCELO RODRIGUES DA COSTA
- PREFEITO -

ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALHANDRA

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº_007/2021. ALHANDRA EM 08 DE FEVEREIRO 2021.

REGULAMENTA A GRATIFICAÇÃO DE
INSALUBRIDADE INSTITUÍDA PELO
ARTIGO 135, DA LEI N- 1481993, E DÁ
OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

**O PREFEITO CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE
ALHANDRA, ESTADO DA PARAÍBA**, no uso de suas
atribuições legais, nos termos da Lei Orgânica do Município e
em conformidade com a Lei N-1481993:

DECRETA:

Art.1º. Fica regulamentada a Gratificação de Insalubridade, instituída pelo Artigo. 135 – “A Gratificação de Insalubridade é devida ao funcionário quando em exercício em locais ou atividades insalubres que ofereçam condição de graves danos à saúde”, amparada no Artigo 137 da Lei N-1481993 de 14/10/1993 - Estatuto dos Servidores do Município de Alhandra –PB e será concedida aos Servidores na forma, valores e condições estabelecidas neste Decreto.

Art.2º. Compreende-se por Insalubridade o desempenho de funções que impliquem em atividades com substâncias radioativas, raio X, radiações ionizantes ou em locais que pela sua natureza, condições e métodos de trabalho, exponham o Servidor a agentes físicos, químicos ou biológicos nocivos à Saúde ou que possam produzir doenças ou intoxicações.

Art.3º. A Gratificação de Insalubridade que trata o Artigo 1º, será concedida ao Servidor mediante Ato Administrativo expedido pelo Secretário de Administração e publicado, a vista das informações fornecidas pelo Laudo da Junta Médica Municipal, ou quando for o caso de parecer da Procuradoria Jurídica do Município.

§ 1º. A Gratificação de Insalubridade será concedida a pedido do Servidor ou por iniciativa do Secretário da pasta de Lotação do Servidor, através de Processo regular.

§ 2º. É condição essencial para habilitar a Gratificação de Insalubridade que o Servidor tenha sido Designado por Portaria de autoridade competente, para ter exercício de suas atividades laborativas em Unidade Administrativa cujo local ou atividade sejam considerados insalubres.

Art.4º. A Gratificação de Insalubridade deixará de ser paga quando cessar o risco de Saúde ou o Servidor for afastado do local ou da atividade que deu origem a concessão da mesma, salvo os afastamentos legais remunerados.

Parágrafo Único – Perderá também o direito a Gratificação, o Servidor que se afastar por mais de 30(trinta) dias e pelos motivos elencados no Estatuto dos Servidores Públicos de Alhandra –PB, aprovado pela Lei N-148/1993.

Art.5º. O Servidor que desempenhar duas ou mais atividades insalubres, de acordo com o disposto neste Decreto, terá que optar por uma delas, para efeito de recebimento da Gratificação.

Art.6º. Havendo alteração nas condições de trabalho do Servidor, que importem em supressão ou modificação relativamente a Gratificação objeto deste Decreto, serão comunicadas de imediato a Secretaria de Administração para que sejam tomadas as providências cabíveis.

Art.7º. Não se concederá a Gratificação de Insalubridade:

I – se o risco à Saúde não for direto e permanente;

II – se tiverem sido adotados meios adequados de proteção que propiciem a eliminação ou neutralização dos riscos à saúde.

Parágrafo Único - A caracterização da Insalubridade respeitará as normas estabelecidas para os trabalhadores em geral, consoante Norma Regulamentadora N-15 e nos critérios da Norma Regulamentadora N-16, ambas do Ministério do Trabalho e Emprego, e levará em consideração o local de exercício do trabalho, o tipo de trabalho, tipo de risco e o agente nocivo à saúde.

Art.8º. Os Graus da Gratificação de Insalubridade serão determinados e ensejarão no pagamento em:

I – **Grau Mínimo**–10%(dez por cento) do Salário Mínimo Nacional vigente;

II – **Grau Médio**–20%(vinte por cento) do Salário Mínimo Nacional vigente;

III–**Grau Máximo**–30%(trinta por cento) do Salário Mínimo Nacional vigente;

Art.9º. São consideradas de **Grau Mínimo** as atividades que impliquem em condições de Insalubridade de menor risco de contaminação e de ameaças à Saúde, exercidas por Médico, Enfermeiro, Técnico de Enfermagem, Agente de Comunitário de Saúde, Agente de Combate às Endemias e outros profissionais da área em trabalhos de fiscalização em vigilância sanitária, atenção básica a saúde, laboratórios de análises clínicas, unidades de saúde, ambulatórios e hospitais.

Art.10. São Consideradas de **Grau Médio** as atividades que impliquem em condições de insalubridade de risco de contaminação e ameaças à saúde, tais como:

I – as atividades desenvolvidas por Médico, Enfermeiro, Técnico de Enfermagem e profissionais da área em contato permanente com material infecto-contagante ou que manuseiem objetos de uso de pacientes em hospital, serviços de emergência, enfermarias, ambulatório e sala de vacinação;

II – atividades de Gari que tem contato direto com o lixo urbano, em coleta, tratamento e industrialização;

III – atividades do Coveiro em trabalhos em cemitério e exumação de corpos.

Art.11. São consideradas de **Grau Máximo** as atividades desempenhadas por Médico, Enfermeiro, Técnico de Enfermagem, Técnico de Radiologia e profissionais da área que o obriguem a trabalhar direta e permanentemente em funções que impliquem em contato com substâncias radioativas, Raio X ou radiações ionizantes e com pacientes em isolamento por doenças infectocontagiosas, bem como objetos de seu uso, não previamente esterilizados.

Art.12. A Gratificação de Insalubridade que trata este Decreto, não terá incidência previdenciária e não se incorpora para nenhum efeito a remuneração do cargo e nem ao cálculo dos proventos de aposentadoria do Servidor.

Art.13. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário e **especificamente na íntegra os Decretos N-0090/2015 de 10/03/2015 e o N-0104/2015 de 27/04/2015.**

Gabinete do Prefeito Municipal de Alhandra-PB, em 08 de fevereiro 2021.

MARCELO RODRIGUES DA COSTA

Prefeito

Publicado por:

Lucia Carla Bezerra de Farias

Código Identificador:2A12291A

Matéria publicada no Diário Oficial dos Municípios do Estado da Paraíba no dia 10/02/2021. Edição 2789

A verificação de autenticidade da matéria pode ser feita